

## NOTAS BIOGRÁFICAS E ABSTRACTS

17 DE SETEMBRO DE 2021

### DEFESA NACIONAL

**MODERAÇÃO: Helena Carreiras, IDN**

Licenciou-se em Sociologia no ISCTE em 1987, tendo aí obtido o grau de mestre em 1994. Em 2004 doutorou-se em Ciências Sociais e Políticas no Instituto Universitário Europeu em Florença com uma tese sobre políticas de integração de género nas Forças Armadas dos países da OTAN.

Foi professora associada no ISCTE - Instituto Universitário de Lisboa (ISCTE-IUL) nas áreas da Sociologia, Políticas Públicas, Segurança e Defesa e Metodologia da Pesquisa Social, e investigadora do Centro de Investigação e Estudos de Sociologia (CIES-IUL). Em 1999 foi investigadora visitante no Departamento de Estudos sobre as Mulheres na Universidade da Califórnia em Berkeley, e em 2013 foi Professora Visitante no departamento de Governo da Universidade de Georgetown em Washington DC.

Ao longo da sua carreira desempenhou diversos cargos de direção. Entre 2010 e 2012 foi subdiretora do Instituto da Defesa Nacional e entre 2016 e 2019 dirigiu a Escola de Sociologia e Políticas Públicas do ISCTE-IUL. Foi ainda subdiretora do CIES - Centro de Investigação e Estudos de Sociologia (2015) e do IPPS - Instituto para as Políticas Públicas e Sociais (2018/2019). Participa ativamente em associações científicas e profissionais, tendo desempenhado os cargos de vice-presidente da Associação Portuguesa de Sociologia (1994-1996) e do Comité de Pesquisa Forças Armadas e Resolução de Conflitos da Associação Internacional de Sociologia (2014/...), de membro da direção da Associação Europeia de Sociologia (2009/2013) e de presidente do ERGOMAS-European Research Group on Military and Society (2007-2019).

Foi membro do Conselho do Ensino Superior Militar (2011-2012), do Conselho Geral do ISCTE-Instituto Universitário de Lisboa (2017-2019) e do Conselho Geral do Instituto Universitário Militar (2017/2020). As suas áreas de interesse e investigação centrais são Forças Armadas e Sociedade, Políticas Públicas de Segurança e Defesa, Sociologia do Género e Metodologia e Epistemologia das Ciências Sociais. Desenvolveu extensa pesquisa sobre o relacionamento entre Forças Armadas e sociedade, tendo-se debruçado, em particular, sobre o tema da integração feminina nas instituições militares.

# SEMINÁRIOS D ÓBIDOS '21

É autora ou organizadora de 13 livros, 44 capítulos de livro e 26 artigos em revistas especializadas, de entre os quais podem destacar-se as obras *Gender and the Military. Women in the Armed Forces of Western Democracies* (Routledge, 2006), *Mulheres em Armas. A Participação Militar Feminina na Europa do Sul* (Cosmos e IDN, 2002), *Mulheres nas Forças Armadas Portuguesas* (Cosmos, 1997), *Qualitative Methods in Military Studies* (Routledge, 2013) e *Researching the Military* (Routledge, 2016).

## PORTUGAL, A NATO E A CRISE DE TRANSIÇÃO INTERNACIONAL

Patricia Daehnhardt, *IPRI-NOVA*

### Nota Biográfica

Investigadora Integrada do Instituto Português de Relações Internacionais (IPRI-NOVA) e membro do Conselho Científico do Instituto. Tem um Doutoramento em Relações Internacionais pela London School of Economics and Political Science sobre a política externa da Alemanha após a unificação. Foi membro da Coordenação da Secção de Relações Internacionais da Associação Portuguesa de Ciência Política (2012-2014), e Diretora da Secção de Relações Internacionais da Associação Portuguesa de Ciência Política (2014-2016). A sua investigação centra-se na política externa da Alemanha, Política Comum de Segurança e Defesa (PCSD) da União Europeia, NATO e segurança europeia, relações transatlânticas, a política das grandes potências Estados Unidos, Rússia, China e a ordem internacional.

Publicou vários artigos em revistas nacionais e internacionais. Entre as suas publicações contam-se “Portugal e a revisão do Conceito Estratégico da NATO” (com Carlos Gaspar), *Relações Internacionais*, IPRI-NOVA (2020); ‘Tectonic shifts in the party landscape? Mapping Germany’s party system changes’, in Marco Lisi (org). *Party System Change, the European Crisis and the State of Democracy*, Routledge (2019), “A erosão da comunidade de segurança transatlântica” (com Carlos Gaspar), *Nação e Defesa*, Instituto da Defesa Nacional (2019); ‘German foreign policy, the Ukraine Crisis, and the Euro-Atlantic order: Assessing the dynamics of Change’, *German Politics*, 2018; e ‘Germany’s Eastern Challenge and the Russia-Ukraine Crisis: A new Ostpolitik in the Making?’, com Vladimir Handl, *German Politics* (2018); ‘European Defence and German Defense Cooperation’, *Nação e Defesa*, IDN (2018) e “Os Estados Unidos e a Alemanha: os limites da ‘Partnership in Leadership’”, *Relações Internacionais* (2018).

### Abstract

Num sistema internacional em continua crise de transição, associada à crescente competição entre os aliados transatlânticos, e a Rússia e a China, ao retraimento estratégico dos Estados Unidos, e às incertezas face ao futuro da defesa europeia, a NATO permanece a organização política e militar central para a política de defesa nacional de Portugal. Se por um lado a visita, do Presidente norte-americano Joe Biden à Europa e a cimeira da NATO em Bruxelas, em junho de 2021, confirmaram a vontade de revitalização da Aliança Atlântica, a forma como os Estados Unidos procederam à retirada militar do Afeganistão, dois meses depois, levanta novas questões na Aliança. Este artigo faz uma análise da posição de Portugal na NATO, entre 2015 e 2021, a partir destas mudanças e com vista à adoção de

# SEMINÁRIOS D ÓBIDOS '21

novos conceitos estratégicos, para responder aos novos desafios e ameaças que a Aliança enfrenta nos próximos anos.

## NOVOS E VELHOS DESAFIOS DA PARTICIPAÇÃO PORTUGUESA EM MISSÕES DE PAZ

Francisco Proença Garcia, *IEP-UCP*

### Nota Biográfica

Francisco Proença Garcia (TCor Reserva a seu pedido) é Professor Associado com Agregação no Instituto de Estudos Políticos da Universidade Católica Portuguesa, onde coordena os Programas Avançados e os Programas com Cabo-Verde e Moçambique; Professor Convidado da Faculdade de Direito da Universidade Nova de Lisboa, e do Instituto Universitário Militar. Entre outras funções, foi representante nacional na Science and Technology Organization/NATO (2014-16), Adjunto do General-Chefe do Estado-Maior do Exército (2011-14); Conselheiro Militar junto da Delegação Portuguesa na NATO e da Agência Europeia de Defesa (2008-11), Oficial de Planeamento do Quartel-General do Comando do Setor Central da PKF/UNTAET em Timor-Leste (2001) e esteve em diversas outras missões em África, nomeadamente Moçambique e Angola.

### Abstract

Peacekeeping, princípios e o que fazem. As principais missões. Portugal e as Peacekeeping das Nações Unidas. Principais desafios.

## **POLÍTICA COMUM DE SEGURANÇA E DEFESA: A EUROPEIZAÇÃO DA POLÍTICA DE DEFESA NACIONAL**

**Ana Santos Pinto, IPRI/FCSH-NOVA**

### **Nota Biográfica**

Professora Auxiliar no Departamento de Estudos Políticos e Subdiretora Adjunta da Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade NOVA de Lisboa (NOVA FCSH), Investigadora do Instituto Português de Relações Internacionais (IPRI-NOVA) e membro do Conselho de Curadores da Fundação Luso-Americana para o Desenvolvimento (FLAD). Entre 2018 e 2019, foi Secretária de Estado da Defesa Nacional do Governo português. Entre outras atividades profissionais, foi Investigadora Associada do Instituto de Defesa Nacional (Portugal, 2013-2018), desempenhou funções de Consultora de Investigação para a Organização das Nações Unidas no Projeto Aliança das Civilizações (2008-2010), foi assessora para as Relações Internacionais do Ministro da Defesa Nacional do XVII Governo Constitucional (2006-2009) e Assistente de Investigação no Instituto de Estudos Estratégicos e Internacionais (2001-2003).

É Doutorada em Relações Internacionais pela Universidade NOVA de Lisboa; Mestre em História das Relações Internacionais pelo Instituto Superior de Ciências do Trabalho e da Empresa (ISCTE-IUL) e licenciada em Ciência Política e Relações Internacionais, pela Universidade NOVA de Lisboa. Tem como principais áreas de investigação académica as Identidades em Política Internacional, a Política Externa e de Segurança da União Europeia e geopolítica do Médio Oriente. Colabora, regularmente, com vários órgãos de comunicação social.

### **Abstract**

A política de defesa europeia tem conhecido desenvolvimentos significativos ao longo da última década. Um conjunto de fatores cumulativos, com prioridade e importância distintas, apresentam-se como variáveis explicativas possíveis. Ao nível interno, na União Europeia, destacam-se as consequências da crise económica e financeira (2008-2014), a alteração das perceções de segurança dos cidadãos, as novas dinâmicas institucionais decorrentes da aplicação do Tratado de Lisboa e a saída do Reino Unido do projeto europeu (Brexit). Ao nível externo, a evolução das relações com os Estados Unidos da América, as crises na designada 'Vizinhança' europeia alargada e o posicionamento de potências como a Rússia e a China, impõem-se na definição do ambiente estratégico europeu.

É neste quadro que, após o repto "A Defesa Importa!" (*Defense matters*), lançado em 2013 pelo então Presidente do Conselho Europeu Van Rompuy, surge um conjunto de progressos em matéria de defesa na União Europeia, entre os quais se destacam: a criação da PESCO

(Cooperação Estruturada Permanente); a aprovação do Fundo Europeu de Defesa; a conceção da Análise Anual Coordenada de Defesa (CARD); a estruturação de uma Capacidade Militar de Planeamento e Condução (MPCC) e, ainda em curso, a definição de uma “Bússola Estratégica”, com o objetivo de orientar a futura ação da UE em matéria de segurança internacional.

Considerando estes avanços, considera-se pertinente compreender o seu impacto nas políticas de defesa dos Estados-membros da UE, e em particular em Portugal, recorrendo ao conceito de ‘europeização’.

A ‘europeização’ tem sido amplamente aplicada nos Estudos Europeus e em várias dimensões da integração europeia. Porém, a sua operacionalização concetual em matéria de Defesa Europeia tem-se sido, relativamente, limitada. Assim, esta apresentação pretende refletir sobre duas questões que se entendem essenciais: Em que consiste a europeização das políticas de Defesa? Quais as consequências desta europeização na política de defesa nacional? Para tal, argumenta-se que o processo de integração europeia é determinado por uma constante tensão entre a dimensão intergovernamental – preferências e interesses dos Estados-membros – e a dimensão comunitária (supranacional), com particular reflexo no papel e ação Comissão Europeia e Alta Representante/Serviço Europeu de Ação Externa. Os processos negociais que resultam nos desenvolvimentos acima referidos, demonstram esta tensão e concretizam-se através de arranjos institucionais baseados num denominador mínimo comum, que visam ultrapassar os obstáculos que permanecem, com destaque para as diferentes interpretações relativas à Soberania/Autonomia Estratégica da UE; criação de um ‘Exército Europeu’ e as Relações UE-NATO, que mantêm fraturas e limitam o aprofundamento da integração.

Em matéria de política de defesa nacional, que procura equilibrar a dimensão atlantista e europeísta da política externa portuguesa, o impacto dos avanços na Política Comum de Segurança e Defesa verificam-se, em especial, na prioridade atribuída ao desenvolvimento do setor industrial e empresarial da defesa (pela importância dos avanços tecnológicos e necessidade de desenvolvimento de capacidades), na necessidade de rentabilizar o investimento nas Forças Armadas (considerando a disponibilização de meios e recursos em várias missões internacionais) e na crescente socialização de vários setores da defesa nacional no contexto institucional da UE, com impacto nas relações civis-militares e na diversificação temática das áreas consagradas na política pública de defesa.